



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 182582/21  
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL  
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ANTONINA  
INTERESSADO: JOSE PAULO VIEIRA AZIM  
RELATOR: CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

### ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 343/22 - Segunda Câmara

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Exercício de 2020. Art. 16, III, "b", da LC N. 113/2005. Parecer Prévio recomendando a irregularidade das contas e ressalvas.

#### I. RELATÓRIO

Trata-se de Prestação de Contas do Prefeito Municipal de Antonina, senhor JOSE PAULO VIEIRA AZIM, alusiva ao exercício financeiro de 2020.

A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, em primeira análise, por meio da Instrução n.º 4148/21 (peça 08), com suporte no escopo previamente definido na Instrução Normativa 157/2021, opinou pela irregularidade das contas com aplicação de multa ao gestor, em face das seguintes restrições: **(a)** o relatório do controle interno não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal; **(b)** resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e RPPS; **(c)** falta de aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal; **(d)** obrigações de despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa; e, **(e)** despesas com publicidade institucional realizadas no período que antecede as eleições.

O senhor *José Paulo Vieira Azim* foi cientificado à peça 11 e, após pedido de prorrogação de prazo (peça 14), apresentou defesa às peças 20-24. No que tange ao déficit nas fontes livres (15,36%), consignou que ele reflete ao acumulado herdado da gestão anterior encerrada em 2016 e decorreu também da



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

queda acentuada da arrecadação municipal e dos remanejamentos necessários para enfrentamento da COVID-19.

Em relação às despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres sem a devida disponibilidade de caixa, asseverou que grande parte das despesas eram de empenhos globais custeadas com recursos de convênios e operações de crédito, empenhadas em 2020 e pagas em 2021.

Quanto à falta de aplicação do mínimo em educação, argumentou que ela decorreu de suposto superávit financeiro deixado pela gestão 2016, e por conta da pandemia do novo coronavírus, que gerou reflexos diretos nos investimentos em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Concernente ao relatório do controle interno aduziu que anexou o parecer do Conselho do FUNDEB devidamente corrigido, acompanhado de justificativa da unidade de controle interno; e, referente às despesas com publicidade institucional, informou que tratam de serviços de publicidade destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Efetuando nova análise, por meio da Instrução 3351/22 (peça 25), a unidade técnica considerou regularizado o apontamento referente à falta de aplicação do índice mínimo em educação em face das disposições contidas na EC 119/22 e ressaltou o apontamento relativo à publicidade institucional, pois verificou que ela decorreu da classificação incorreta das despesas relacionadas ao combate da COVID-19. Em relação aos demais apontamentos manteve o opinativo pela irregularidade.

O Ministério Público de Contas (Parecer 718/22, peça 26) corroborou o opinativo técnico, sugerindo ainda, a expedição de determinação ao Município no sentido de que o ente complemente a aplicação dos respectivos recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino até o exercício financeiro de 2023.

É o relatório.

## II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Verifico que remanesceu na presente prestação de contas as seguintes restrições: **(a)** o relatório do controle interno não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal; **(b)** resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e RPPS; **(c)** obrigações de despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa; e, **(d)** despesas com publicidade institucional realizadas no período que antecede as eleições.

No tocante ao “*relatório do controle interno não apresentar os conteúdos mínimos prescritos*” denota-se que o apontamento decorre do fato de o parecer do Conselho Municipal do FUNDEB (peça processual 04), além de não se encontrar assinado pela maioria dos seus membros, ter concluído pela desaprovação da gestão do exercício financeiro de 2020, em razão do não atingimento dos percentuais previstos legalmente para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em sua defesa o gestor encaminhou, à peça 21, novo parecer do Conselho emitido em 27/01/2022, o qual está assinado pelo presidente e mais 05 membros, sendo a conclusão pela regularidade das contas da gestão, no entanto, uma vez que se refere a posicionamento do atual conselho do Fundeb, conforme declarado pelo controle interno (peça processual nº 22), a CGM opinou pela manutenção da irregularidade.

Dirijo do opinativo técnico, uma vez que o controlador interno que havia realizado o apontamento inicialmente declarou que está acompanhando o conselho do FUNDEB e que havia falha na comunicação, a qual foi restabelecida. Assim, considerando as novas declarações do controlador interno, bem como, o novo parecer acostado aos autos (peça 21), entendo que o apontamento pode ser objeto de ressalva.

Quanto ao “*resultado orçamentário/financeiro deficitário de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e RPPS*”, acompanho o opinativo técnico pela manutenção da irregularidade, pois verifico que no exercício ora analisado o Município apresentou *déficit* acumulado correspondente a -16,50%



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

da receita, e embora tenha alegado que ele decorre de herança deixada pela gestão anterior, certo é, que nos termos da Lei Complementar 101/2000, o gestor deveria ter tomado medidas eficazes a restabelecer o equilíbrio das contas públicas, nos quatro anos de seu mandato.

Em relação às “obrigações de despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa”, verifico que em relação ao grupo de fontes operações de crédito, fontes 41605, 41606, 41607, 602, os valores foram ajustados (fls. 24, 26, 28 da peça 25), e embora não conste cópia dos processos administrativos que autorizou os cancelamentos, verifico que se trata de empenhos referentes a obras, cujos empenhos foram realizados de forma global conforme informado no contraditório apresentado pelo Município. No que tange ao grupo de fontes transferências voluntárias, a Coordenadoria de Gestão Municipal verificou que, diante das justificativas, pode ser considerado como regular (fls. 37 e 38 da peça 25).

Entretanto, quanto ao grupo de fontes recursos livres, o gestor não obteve êxito em demonstrar a regularização do apontamento, pois como consignou a unidade técnica (peça 25), mesmo após o ajuste das fontes relacionadas ao grupo de origens de recursos ordinários/livres permanece a restrição, totalizando um déficit de R\$ 9.812.076,93 (nove milhões, oitocentos e doze mil, setenta e seis reais e noventa e três centavos). Remanescendo também, saldo negativo em relação a Transferências do FUNDEB (fonte 101).

Assim, mantém-se a irregularidade do apontamento.

Quanto às despesas com publicidade institucional realizadas no período que antecede as eleições, comungo com o entendimento da unidade técnica de que o item pode ser objeto de ressalva, uma vez que ocorreu apenas um equívoco contábil no momento da classificação das despesas relacionadas ao combate da COVID-19.

Deixo de acolher a sugestão ministerial de expedição de determinação ao Município, no sentido de que o ente complemente a aplicação dos respectivos recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino até o exercício



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

financeiro de 2023, uma vez que a análise da aplicação destes recursos é realizada anualmente nas respectivas prestações de contas.

Destarte, nos termos do art. 16, III, “b”, da Lei Complementar n.º 113/2005, **VOTO** pela:

(i) emissão de parecer prévio pela **irregularidade** das contas do Senhor **JOSE PAULO VIEIRA AZIM** (CPF 584.032.649-68), gestor responsável pela prestação de contas do **MUNICÍPIO DE ANTONINA**, relativas ao exercício financeiro de 2020, em face do (a) resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e RPPS; e das (b) obrigações de despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa.

(ii) ressalva dos apontamentos referentes (a) o relatório do controle interno não apresentar os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal e (b) a incorreta classificação das despesas realizadas com publicidade relativa a COVID-19.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos, sequencialmente, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro, ao Gabinete da Presidência, para as providências contidas no § 6º do artigo 217-A do Regimento Interno e, por fim, à Diretoria de Protocolo, para encerramento, nos moldes do artigo 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.

É o voto.

**VISTOS, relatados e discutidos, estes autos de PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**

### **ACORDAM**

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

I. Emitir Parecer Prévio recomendando a **irregularidade** da Prestação de Contas Anual do Prefeito Municipal de ANTONINA, Sr. **JOSE PAULO VIEIRA AZIM** (CPF 584.032.649-68), relativas ao exercício financeiro de 2020, em razão de: (a) resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e RPPS; e das (b) obrigações de despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa.

II. **Ressalvar** os seguintes apontamentos: (a) o relatório do controle interno não apresentar os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal e (b) a incorreta classificação das despesas realizadas com publicidade relativa a COVID-19.

III. Determinar, após o trânsito em julgado da decisão, as seguintes medidas:

a) o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, nos termos do artigo 175-L, I, do Regimento Interno.

b) após, ao Gabinete da Presidência para expedição de ofício à Câmara Municipal, comunicando a decisão, com a respectiva disponibilização do processo eletrônico, conforme §6º do art. 217-A, do Regimento Interno;

c) Em seguida, à Diretoria do Protocolo para o encerramento dos autos, nos termos do art. 398 do Regimento Interno do TCE-PR.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e o Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO

Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas MICHAEL RICHARD REINER.

Plenário Virtual, 15 de dezembro de 2022 – Sessão Virtual nº 16.

**JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL**  
Conselheiro Relator no exercício da Presidência